

O QUE É O PIT E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO FISCAL?

O Programa de Integração Tributária (PIT), coordenado pela Receita Estadual (RE), visa incentivar e avaliar ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS, repercutindo nos repasses dos recursos às prefeituras. A pontuação no Programa corresponde a 0,5% do Índice de Participação dos Municípios (IPM), que é o indicador utilizado para determinar a quota-parte de cada um dos 497 municípios gaúchos sobre as receitas do ICMS. Em 2021, a parcela do PIT representou o repasse de 3,7 milhões mensais aos municípios.

Ou seja, quanto melhor a pontuação do município no PIT, mais dinheiro o município recebe, e consequentemente, mais investimento para a prestação e oferta dos serviços públicos para a comunidade local.

Uma das ações de pontuação no PIT é a Educação Fiscal. Municípios que desenvolvem ações de incremento da conscientização fiscal e de combate à sonegação (desvio de impostos/recursos públicos), como a implantação de programa municipal de educação fiscal, podem aumentar a sua arrecadação!

CONTATO



@EDUCFISCALRS



[HTTP://WWW.EDUCACAOFISCAL.RS.GOV.BR/](http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/)

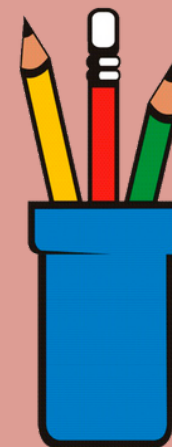


DRCM@SEFAZ.RS.GOV.BR



51 3214 5020

RUA CALDAS JÚNIOR, 120, 13º ANDAR,
CENTRO HISTÓRICO - PORTO ALEGRE/RS.
CEP: 90018-900



PROGRAMA DE
**EDUCAÇÃO
FISCAL-RS**
Aprendendo a ser Cidadão



AS IMAGENS QUE ILUSTRAM ESTE FOLDER SÃO TRABALHOS FINALISTAS DO "II CONCURSO DE EDUCAÇÃO FISCAL: CONSUMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL" E, DE ACORDO COM O ITEM 8.2 DO REGULAMENTO DO CONCURSO, COMPÕEM ACERVO PÚBLICO DE TRABALHOS DA EDUCAÇÃO FISCAL E ESTÃO AUTORIZADOS PARA USO EM MÍDIAS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM OS DEVIDOS REGISTROS DE AUTORIA.



AUTORES: DÓROTHY DIAS DA SILVA, ÉRICKA VARGAS E LUIZ ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA

O QUE É EDUCAÇÃO FISCAL?

Educação Fiscal é um conjunto de políticas ou ações educacionais que buscam fomentar a cidadania das pessoas, possibilitando a compreensão da função social dos tributos, para uso em benefício da sociedade. Nesse sentido, objetiva levar ao cidadão o conhecimento sobre como funciona a gestão dos recursos públicos, a fim de que a sociedade tenha ferramentas para ajudar no controle da arrecadação e na fiscalização da aplicação desses recursos.

POR QUE PEDIR A NOTA FISCAL?

As empresas (pessoas jurídicas), assim como os cidadãos (pessoas físicas), fazem parte do Estado e tem direitos e deveres. Dentre os deveres das empresas está o de repassar ao Estado os impostos cobrados do consumidor. Quando pedimos a Nota Fiscal a um estabelecimento/empresa, garantimos que os impostos cobrados do consumidor pela empresa estão sendo registrados, pois é através da emissão da nota fiscal que o governo consegue controlar o pagamento dos impostos. Emitir a Nota Fiscal é um dever da empresa, e pedir a nota fiscal é um direito do consumidor, assegurando o exercício da cidadania fiscal. A emissão de nota fiscal é obrigatória. O que acontece quando ela não é emitida?

O QUE É SONEGAÇÃO?

Sonegação é ação criminosa que desvia os impostos (recursos públicos), impedindo que o dinheiro chegue aos cofres públicos. Como consequência teremos menos políticas públicas e recursos para investimento em saúde, segurança e educação, por exemplo. Quando não pedimos a nota fiscal, podemos estar contribuindo com o desvio de impostos/sonegação, impondo uma perda de tributos ao governo, recursos esses que deixam de ser aplicados em serviços essenciais para a população. Outro aspecto importante é que a sonegação distorce a concorrência leal entre as empresas, conceito tão defendido, e altera o preço justo de mercado.

PEF - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL

O Programa de Educação Fiscal se constitui numa política pública de Estado, organizada em diversas ações e que visa levar à sociedade informações sobre a origem e a aplicação dos recursos públicos. A partir dessa diretriz, propõe-se a fomentar atividades de formação e de apoio para o exercício ativo do controle social, através de capacitações e assessoria aos municípios na implantação de seus Programas Municipais de Educação Fiscal. O PEF/RS faz parte de um conjunto de iniciativas legais que buscam fortalecer a cidadania fiscal no Rio Grande do Sul e está regulamentado na Lei nº 11.930/2003.



AUTORA: LAVÍNIA PINZOL DIEHL